

***Comentários sobre
a Lei das Estatais
(Lei 13.303, de 30.6.2016)***

SERGIO FERRAZ

(Organizador)

ADILSON ABREU DALLARI

ALÉCIA PAOLUCCI NOGUEIRA BICALHO

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

ANGÉLICA PETIAN

DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI

FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA

SERGIO FERRAZ

COMENTÁRIOS SOBRE A LEI DAS ESTATAIS
(Lei 13.303 de 30.6.2016)

© SERGIO FERRAZ (Organizador)

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa:

Criação: Vânia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

04.2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

-
- C732 Comentários sobre a lei das estatais (Lei 13.303, de 30.6.2016) /
Sérgio Ferraz (organizador) ; Adilson Abreu Dallari ... [et al.]. – São
Paulo : Malheiros, 2019.
288 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-392-0445-8

1. Brasil. [Lei n.13.303, de 30 de junho de 2016]. 2. Empresas estatais
- Estatuto legal, leis, etc. - Brasil. 3. Empresas públicas - Estatuto legal,
leis, etc. - Brasil. 4. Direito administrativo - Brasil. I. Ferraz, Sérgio. II.
Dallari, Adilson Abreu.

CDU 342.9(81)(094.5)
CDD 346.81067

Índice para catálogo sistemático:

1. Empresas estatais : Estatuto legal, leis, etc. : Brasil 342.9(81)(094.5)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

COLABORADORES	11
1. História e Regime Constitucional da Atividade Empresarial Estatal	
SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA	
1. Introdução	13
2. Histórico constitucional	14
3. O regime constitucional vigente	
3.1 A ordem econômico-financeira e o Direito Econômico ...	23
3.2 A atividade econômica empresarial	25
4. O Estatuto Jurídico das Empresas Estatais	30
2. Direito Administrativo Societário – Uma introdução	41
ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	
3. Uma Visão Crítica sobre a Lei das Estatais	
ADILSON ABREU DALLARI	
1. Antecedentes remotos	60
2. A Constituição Federal de 1988	62
3. Lei 13.303, de 30.6.2016 – Estatuto das Empresas Estatais	64
4. Conclusões	66
4. Participação Societária Minoritária de Empresas Estatais	
FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES	
1. Introdução	68
2. Caracterização das empresas público-privadas	69
3. Pressupostos à formação de uma empresa público-privada	71
4. Os objetivos que justificam a empresa público-privada	73
4.1 Empresa público-privada para o exercício do fomento	74

4.2 Empresas público-privada para a prestação de atividade de suporte	75
5. Empresa público-privada para a ampliação da eficiência na atividade-fim da empresa estatal	80
6. Empresa público-privada para a regulação e controle de concessionários de serviços públicos	80
7. Regime jurídico das empresas público-privadas	82
5. Disposições Preliminares da Lei	
SERGIO FERRAZ	
1. Introdução	84
2. Intervenção estatal no domínio econômico: balizas	84
3. Empresas estatais em atuação econômica	86
4. O advento do Estatuto das Estatais	87
5. Objetivos do Estatuto. Abrangências de sua incidência e exclusão	88
6. Os diferentes tipos de empresas estatais	90
6. Das Regras de Governança Corporativa, Transparência e Gestão de Riscos	
SERGIO FERRAZ	
1. Estatais e Direito Administrativo: fundamentação do capítulo .	92
2. Âmbito de abrangência da Lei das Estatais	93
3. Pilares da administração das empresas estatais	94
3.1 Governança corporativa	95
3.2 Transparência	98
3.3 Gestão de riscos	99
3.4 Controle interno – Introdução	100
3.4.1 O controle interno nas estatais segundo a Lei 13.303/2016	103
3.5 O acionista controlador	103
3.6 O administrador	106
3.7 O Conselho de Administração	109
3.7.1 O membro independente	110
3.8 A Diretoria	111
3.9 O Comitê de Auditoria Estatutário	112
3.10 O Conselho Fiscal	114
3.11 A arbitragem – Breve referência	118
3.12 A função social da empresa estatal	118

4. <i>A regulamentação da Lei</i>	120
7. Disposições Gerais de Licitações e Contratos das Empresas Estatais	
DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI	
<i>Introdução</i>	122
1. <i>Disposições de caráter geral</i>	
1.1 Finalidades e princípios do processo licitatório – art. 31, § 1º	125
1.2 Orçamento para obras e serviços de engenharia – art. 31, §§ 2º e 3º	138
1.3 Procedimento de manifestação de interesse – art. 31, §§ 4º e 5º	140
2. <i>Diretrizes para as licitações – art. 32, incs. I a V e §§ 1º a 4º ...</i>	141
2.1 Padronização do objeto da contratação – art. 32, inc. I	141
2.2 Busca da maior vantagem competitiva – art. 32, inc. II	142
2.3 Parcelamento do objeto – art. 32, inc. III	143
2.4 Adoção preferencial do pregão – art. 32, inc. IV	144
2.5 Política de integridade – art. 32, inc. V	145
2.6 Disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos – art. 32, § 1º, inc. I	146
2.7 Mitigação dos danos ambientais – art. 32, § 1º, inc. II	147
2.8 Redução do consumo de energia e de recursos naturais – art. 32, § 1º, inc. III	148
2.9 Avaliação de impactos de vizinhança – art. 32, § 1º, inc. IV	150
2.10 Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial – art. 32, § 1º, inc. V	151
2.11 Acessibilidade para pessoas com deficiência – art. 32, § 1º, inc. VI	152
2.12 Impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados – art. 32, § 2º	154
2.13 Utilização de portais de compras na internet – art. 32, § 3º	155
2.14 Ferramentas eletrônicas para envio de lances – art. 32, § 4º	156
3. <i>Da definição do objeto da licitação – art. 33</i>	157
4. <i>Orçamento sigiloso – art. 34, §§ 1º, 2º e 3º</i>	158
5. <i>Aplicação da Lei da Transparência – art. 35</i>	160

6. <i>Pré-qualificação de fornecedores ou produtos – art. 36</i>	161
7. <i>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) – art. 37, §§ 1º e 2º</i>	162
8. <i>Dos impedimentos para participar de licitações e de contratar com empresa estatal – Desconsideração da personalidade jurídica – art. 38, incs. I a VIII e parágrafo único</i>	164
9. <i>Publicidade dos atos relativos às licitações e contratos – art. 39, incs. I, II e III. Formas e prazo de publicidade dos atos integrantes do processo da licitação e da contratação</i>	167
10. <i>Regulamentos próprios – art. 40</i>	169
11. <i>Aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 – art. 41</i>	170
12. <i>Considerações finais</i>	171
 8. <i>As Inovações do Procedimento Licitatório na Lei Federal 13.303/2016</i>	
GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER	
<i>Introdução</i>	174
1. <i>Primeira fase: a preparação do procedimento licitatório</i>	177
1.1 <i>A dupla finalidade da licitação na Lei Federal 13.303/2016</i>	177
1.2 <i>O regulamento interno de licitações e contratos</i>	178
1.3 <i>Definição do objeto: padronização e destaque ao ciclo de vida do bem</i>	179
1.4 <i>A ausência de modalidades licitatórias e a padronização dos documentos licitatórios</i>	180
1.5 <i>O procedimento de manifestação de interesse (PMI)</i>	180
1.6 <i>Pré-qualificação: a predefinição dos bens aceitáveis e do universo de licitantes</i>	182
1.7 <i>Processo administrativo eletrônico</i>	182
1.8 <i>Regime de execução em obras e serviços de engenharia: contratação semi-integrada e contratação integrada</i>	183
1.9 <i>Remuneração variável</i>	185
1.10 <i>Contratações simultâneas de serviços</i>	185
1.11 <i>Inovações na aquisição de bens: indicação de marcas, exigência de amostras e de certificações</i>	185
2. <i>Segunda fase: a divulgação do procedimento licitatório</i>	187
2.1 <i>A regra geral de orçamento sigiloso</i>	188
3. <i>Terceira fase: a apresentação de lances ou propostas</i>	190
4. <i>Quarta fase: o julgamento do procedimento licitatório</i>	192

5. <i>Quinta fase: a verificação de efetividade dos lances ou propostas</i>	194
5.1 O saneamento de vícios e o prestígio à formalidade moderada	195
5.2 A grande confusão causada pelo orçamento sigiloso e a equiparação entre preço estimado e preço máximo	196
5.3 A análise de inexecutabilidade da proposta	198
6. <i>Sexta fase: a negociação</i>	199
7. <i>Sétima fase: a habilitação</i>	201
8. <i>Oitava fase: a interposição de recursos</i>	203
9. <i>Nona fase: a adjudicação do objeto licitado</i>	204
10. <i>Décima fase: a homologação do resultado ou revogação do procedimento</i>	205
11. <i>Reflexões finais sobre o procedimento licitatório na Lei Federal 13.303/2016</i>	
11.1 A incompreensível previsão de aplicabilidade da modalidade pregão a licitações das empresas estatais	205
11.2 Uma breve opinião geral sobre o procedimento licitatório regulamentado pela Lei Federal 13.303/2016	207
 9. <i>Dispensa e Inexigibilidade de Licitação nas Empresas Estatais</i>	
ANGÉLICA PETIAN	
1. <i>Introdução</i>	209
2. <i>Dispensa e inexigibilidade de licitação nas empresas estatais</i> ..	210
2.1 Dispensa de licitação por emergência	212
2.2 Inexigibilidade de licitação por notória especialização	215
3. <i>Conclusão</i>	216

10. *Dos Contratos das Empresas Estatais*

SERGIO FERRAZ

1. <i>Considerações introdutórias</i>	218
2. <i>Contrato e contrato administrativo</i>	219
3. <i>Os novos tempos do contrato administrativo</i>	220
4. <i>As cláusulas contratuais na Lei 13.303/2016</i>	222
5. <i>Prestação de garantias pelo contratado</i>	224
6. <i>A duração dos contratos</i>	224
7. <i>Formalização dos contratos</i>	225
8. <i>Regime de responsabilidade do contratado</i>	227

9. Aspectos remanescentes	227
10. Retomando e arrematando: o novo estatuto jurídico dos contratos administrativos das estatais	229
11. Sanções administrativas	231
12. Arbitragem	234
13. Conclusão	234
 11. O Regulamento de Licitações e Contratos das Estatais	
JOEL DE MENEZES NIEBUHR	
1. Nota introdutória	236
2. Vigência da Lei 13.303/2016 e dever de produzir regulamento sobre licitações e contratos	238
3. Considerações sobre o Decreto Federal 8.945/2016	243
 12. Os Desinvestimentos das Empresas Estatais na Nova Ordem Jurídica	
ALÉCIA PAOLUCCI NOGUEIRA BICALHO	
1. Introdução	247
2. Delimitação do tema	250
3. A lacuna original: ausência histórica da lei própria das estatais e dificuldades culturais da transição para um novo regime	250
4. As empresas participadas e os compromissos assumidos pelo acionista público em Acordos de Acionistas	252
5. O regime de desinvestimentos à luz da Lei 13.303/2016	
5.1 O novo regime das estatais e regras de transição	261
5.2 Regime jurídico da alienação de participações acionárias em empresas participadas. Não aplicação da licitação	263
5.3 Desnecessidade de autorização legal para a extinção de parcerias societárias e venda das ações. Inteligência das Leis 9.497/1997 e 13.334/2016 em relação aos desinvestimentos	268
5.4 O regime especial de desinvestimentos do Decreto 9.188/2017	270
6. Concepção do processo de desinvestimento	
6.1 Atos preparatórios	276
6.2 Implicações dos Acordos de Acionistas na deliberação sobre a adoção de leilão ou de venda direta	277
7. Conclusões	286